

Mais Médicos

Câmara aprova alterações no programa

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 7 de março, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, Dr. Ediney Taveira Queiróz, que dispõe sobre a alteração do art. 1º da Lei Municipal nº 2.909/2014, que trata da concessão de auxílio financeiro para custeio de alimentação e moradia aos médicos participantes do Programa Mais Médicos para o Brasil, em atuação no município.

O Mais Médicos foi criado pelo Governo Federal e faz parte de um amplo pacto de melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que prevê mais investimentos em infraestrutura dos hospitais e unidades de saúde, além de levar mais profissionais para regiões onde há escassez e ausência destes.

O programa funciona com a convocação de médicos para atuar na atenção básica de municípios com maior vulnerabilidade social e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI); prevê também a expansão do número de vagas de medicina e de residência médica, além do aprimoramento da formação médica no Brasil. Nosso município recebeu três médicos cubanos, que atuam na Rede Municipal de Saúde.

Nos termos do texto original da Lei Municipal nº 2.909, os médicos participantes recebiam auxílio financeiro destinado ao custeio das despesas com alimentação e a concessão de moradia, locada pelo município.

No final do ano passado, atendendo ao pedido dos médicos participantes, a referida Lei foi alterada, estabelecendo que a concessão de moradia se daria mediante o fornecimento de recurso pecuniário aos profissionais cubanos, para locar moradias separadas.

No início deste ano, no entanto, o Departamento de Saúde encontrou dificuldades quanto à operacionalização do programa. Quando a Prefeitura locava a moradia, as despesas de água, esgoto e energia elétrica eram custeadas pelo município. Na alteração promovida no final de 2015, não foi prevista a possibilidade de o município arcar com essas despesas.

Dessa forma, tais despesas serão agora custeadas pelo município, mediante o fornecimento de recurso pecuniário no valor equivalente ao da fatura. Segundo o Departamento Municipal de Saúde, em 2015, as despesas totais do imóvel locado aos médicos participantes do programa foram de R\$ 1.613,27 com água e esgoto, e de R\$ 2.640,81 com energia elétrica.



Vereadores em Sessão Ordinária

Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia

Câmara aprova prorrogação do prazo para instalação da unidade no município

Reunida em Sessão Ordinária na segunda-feira (7), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, que prorroga por 2 anos o prazo ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) para instalar e operacionalizar uma Unidade de Educação Profissional (UEP) no município.

O Instituto é uma autarquia federal de ensino vinculada à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC. Foi fundado em 1909, como Escola de Aprendizes Artífices, e é reconhecida por sua excelência no ensino público gratuito.

Durante seus 103 anos de história, recebeu também os nomes de Escola Técnica Federal de São Paulo e Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo. Com a transformação em Instituto, em dezembro de 2008, passou a ter relevância de universidade, destacando-se pela autonomia. Assim, o Instituto passou a destinar 50% das vagas para os cursos técnicos e, no mínimo, 20% das vagas para os cursos de licenciatura, sobretudo nas áreas de ciências e matemática.

Entre os anos de 2012 e 2013, tendo em vista o programa de expansão da rede federal de educação tecnológica do MEC (Ministério da Educação), contatos e tratativas foram realizados pelo município de Paraguaçu Paulista junto ao IFSP, visando a implantação de uma unidade em nossa cidade.

Meio Ambiente

Em atenção ao pleito do município, representantes do IFSP visitaram nossa cidade e conheceram as instalações da Fundação Gammon de Ensino, realizando uma avaliação técnica e administrativa do local. Em maio de 2013, para que Paraguaçu Paulista pudesse receber uma unidade de educação, o Instituto solicitou a doação definitiva de um prédio que abrigasse a sede da UEP.

Após reunião realizada no IFSP em São Paulo, em junho de 2013, ficou acordado que seriam doados imóveis pertencentes ao município que abrigam parte das instalações da Fundação Gammon de Ensino. Os encargos do Instituto consistiam em instalar e operacionalizar a unidade no município.

A UEP de Paraguaçu Paulista ofereceria inicialmente cursos técnicos gratuitos e de qualidade, o que justificava plenamente o interesse público. O prazo para instalação e operacionalização da unidade era de 2 anos, cujo prazo venceu em 8 de junho de 2015. Após esse período e vários problemas de ordem burocrática, a discussão do município com o IFSP foi retomada, e as tratativas avançaram, vislumbrando a possibilidade, enfim, de implantar a almejada unidade educacional em Paraguaçu.

Diante disso, verificou-se a necessidade de prorrogar por 2 anos o prazo para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo instalar e operacionalizar uma Unidade de Educação Profissional no município. O prazo tem efeito retroativo e contar-se-á a partir de 7 de junho de 2015.

Vereadores aprovam Plano Municipal

A Câmara de Vereadores de Paraguaçu Paulista, em Sessão Ordinária realizada na segunda-feira (7), aprovou projeto do Executivo Municipal, que dispõe sobre o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município, nos termos da Lei Federal 12.305/2010. O projeto recebeu 3 emendas, sendo duas da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e uma da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) trata dos princípios, objetivos e instrumentos, bem como das diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos (incluindo os perigosos), das responsabilidades dos geradores e do Poder Público e dos instrumentos econômicos aplicáveis.

A PNRS condiciona a elaboração do Plano pelos municípios e o Distrito Federal para acessar recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento, para tal finalidade.

Ainda para acesso a recursos, a Lei Federal 12.305/2010 prioriza municípios que implantarem a coleta seletiva, com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, além de contribuir para a redução da geração de lixo no município, tem como objetivo geral atender os preceitos legais das Políticas Estadual e Nacional, principalmente nas questões da não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Além disso, serve como instrumento norteador da Prefeitura Municipal para as ações que deverão ser realizadas em relação ao lixo produzido na cidade, de sua responsabilidade ou não.

O referido Plano Municipal, ora revisado pelo Departamento Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais, foi aprovado em reunião do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) e validado em audiência pública, realizadas em 25 de novembro de 2015.



Câmara aprova Plano Municipal

Requerimentos

Vereadores fazem questionamentos ao Prefeito Municipal

Na Sessão Ordinária de segunda-feira, 7 de março, a Câmara de Vereadores aprovou 3 requerimentos.

O primeiro deles foi o **Requerimento 19/2016**, de autoria do vereador Reinaldo, com assinatura de apoio dos vereadores Onório Anhesim, Serginho e Vilma Bertho, que requer ao Prefeito Municipal informações sobre a rede de águas pluviais nas ruas existentes no Conjunto Dona Lina Leuzzi.

Em 11 de fevereiro de 2016, a vereadora Kátia do Jornal apresentou requerimento direcionado à empresa CAS Construtora, no qual relatava os problemas e dificuldades de acesso enfrentados pelos moradores do Conjunto Residencial Dona Lina Leuzzi, em decorrência do grande volume de águas pluviais em dias de fortes chuvas, e da ausência do escoamento para vazão adequados.

A CAS informou que toda a rede de águas pluviais (tubulação, bocas de lobo e caixas de passagem), encontra-se concluída desde o mês de dezembro de 2014, conforme contrato e projetos fornecidos pela CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, sob a fiscalização do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal.

Informou ainda que a atual passagem deverá ser ampliada e aprofundada, para que comporte o novo volume de águas pluviais oriundo do Conjunto; informou ainda que estes serviços não estão no escopo do contrato firmado entre a empresa e a Prefeitura Municipal, nem tampouco nos projetos fornecidos pela CDHU; portanto, estão fora da responsabilidade contratual da empresa.

A CAS justificou ainda que as bocas de lobo estão lacradas até a presente data porque a abertura das mesmas poderia resultar em danos irreparáveis à Rodovia SP-284. “Assim, após o recebimento de tais informações e, uma vez que os moradores do Conjunto Dona Lina Leuzzi buscam as soluções, é necessário obter do Poder Executivo Municipal respostas aos questionamentos ora apresentados”, explicou o vereador Reinaldo.

Em seu requerimento, o vereador questiona se existem projetos, estudos e previsão de início das obras, para que a atual passagem de águas provenientes do Conjunto sejam ampliadas e aprofundadas, para que comporte o novo volume; e se há previsão para a abertura das bocas de lobo.

Em seguida, foi aprovado o **Requerimento 20/2016**, de autoria do vereador Serginho, com assinatura de apoio dos vereadores Onório Anhesim, Reinaldo e Vilma Bertho, que requer ao Prefeito Municipal informações sobre a manutenção e limpeza dos bueiros de nossa cidade.

Com o grande volume de chuva dos últimos meses, os bueiros são fundamentais para o escoamento das águas pluviais, evitando que atinjam os imóveis dos cidadãos. Porém, para que funcionem corretamente, é preciso que estejam limpos do acúmulo de resíduos sólidos e de todo tipo de lixo que é levado pelas enxurradas.

“Temos recebidos reclamações de moradores sobre a falta de limpeza dos bueiros, situação que tem ocasionado transtornos em dias de forte chuva”, disse o vereador Serginho.

O vereador faz uma série de questionamentos em seu requerimento, dentre eles se há na cidade um serviço permanente de manutenção e limpeza dos bueiros; qual a periodicidade em que os bueiros são limpos; e, caso não haja esse serviço de limpeza permanente, como ocorre a manutenção dos mesmos.

Também aprovado o **Requerimento 21/2016**, de autoria do vereador Serginho, que requer ao Prefeito Municipal informações sobre a realização de concurso público no município.

“Há muitas informações desconhecidas na cidade sobre a possível realização de concurso público, inclusive vários munícipes nos questionam sobre isso, porém, não temos informações suficientes. Segundo consta, o site da empresa OM Consultoria está anunciando que em breve haverá concurso na Prefeitura de Paraguaçu Paulista para o cargo de auxiliar de serviços gerais. Em razão dessa controvérsia, solicitamos informações para que possamos acompanhar e também informar aos cidadãos”, esclareceu o vereador Serginho.

Requerimentos

Na Sessão Ordinária de segunda-feira (7) os vereadores apresentaram 9 indicações. Veja:

Indicação 24/2016 de autoria do vereador Serginho e outros, que indica ao Prefeito Municipal providências/manutenção nos bueiros existentes nas esquinas em que a Rua Castro Alves encontra com a Av. José Jorge Estevam, com a Rua dos Paivas, Rua Felício Tarabay e Rua Padre Anchieta, todas localizadas na Barra Funda.

Indicação 25/2016 de autoria do vereador Nilson Itelvino, que indica ao Prefeito Municipal a instalação de uma academia ao ar livre no Bairro Murilo Macedo.

Indicação 26/2016 de autoria da vereadora Professora Delmira, que indica ao Prefeito Municipal a retirada de grades de ferro de canteiro da Praça da Matriz.

Indicação 27/2016 de autoria da vereadora Professora Delmira, que indica ao Prefeito Municipal a poda de árvores e manutenção de canteiros na Praça da Matriz.

Indicação 28/2016 de autoria da vereadora Professora Delmira, que indica ao Prefeito Municipal a instalação de tela ou outro artefato que evite a entrada de pardais na escola Domingos Paulino Vieira.

Indicação 29/2016 de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a instalação de postes e iluminação em terreno público que abriga campo de futebol, no Conjunto Habitacional Antônio Pertinhez

Indicação 30/2016 de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a limpeza e o desentupimento de galeria de águas pluviais e a construção de mais sarjetões na Rua Raposo Tavares.

Indicação 31/2016 de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a instalação de canaletas de concreto na parte baixa do bairro Vila Nova, conforme locais especificados.

Indicação 32/2016 de autoria da vereadora Kátia do Jornal, que indica ao Prefeito Municipal a instalação de um Centro de Zoonoses em Paraguaçu Paulista.

ACIPP

Câmara autoriza verba para custeio de motorista

Reunida em Sessão Extraordinária na quinta-feira (10), a Câmara de Vereadores aprovou projeto de autoria do Prefeito Municipal que autoriza a concessão de subvenções sociais à entidade ACIPP, com recursos municipais, para custeio de motorista.

A Associação Comunitária Integrada de Paraguaçu Paulista (ACIPP) foi criada em 1977; a partir de 1993 a ACIPP iniciou o desenvolvimento do Projeto Casa Abrigo, como forma de atender ao Estatuto da Criança e do Adolescente, oferecendo abrigo provisório e acolhimento a crianças e adolescentes, cujos direitos básicos tenham sido violados ou ameaçados.

No cotidiano da ACIPP, a entidade utiliza um veículo Kombi de sua propriedade, para o transporte de abrigados para creches, escolas, projetos sociais, postos de saúde ou até cidades vizinhas, conforme o caso ou a necessidade.

Até meados de 2015, o motorista do veículo da ACIPP era cedido pelo município, porém, devido à falta de servidores, entre 2014 e 2015 ocorreram constantes trocas do motorista; muitas vezes, não atendendo o perfil exigido pela entidade.

Em setembro de 2015, a ACIPP pleiteou judicialmente a solução desse problema. Durante o trâmite processual, as partes firmaram conciliação e ficou estabelecido que o município forneceria o motorista à entidade, mediante o repasse de recursos sob a forma de subvenções sociais, no valor de R\$ 1.423,89 por mês, totalizando R\$ 18.916,23 por ano.

O valor será repassado mensalmente durante o exercício financeiro de 2016, juntamente com o repasse de verbas municipais.



Vereadores em Sessão Extraordinária

Auxílio

Câmara autoriza subvenções sociais a entidades do município

Em Sessão Extraordinária realizada na quinta-feira, 10 de março, a Câmara de Vereadores aprovou projeto de lei de autoria do Prefeito Municipal, Dr. Ediney Taveira Queiróz, que trata da autorização ao Poder Executivo para a concessão, no exercício de 2016, de subvenções sociais às entidades de Paraguaçu Paulista com recursos municipais, conforme previsão de repasses.

O valor anual das subvenções sociais será repassado à entidade beneficiária em até 12 parcelas mensais. Todas as entidades municipais beneficiárias são reconhecidas como de utilidade pública. Os efeitos do projeto retroagem a 1º de janeiro de 2016.

Veja a tabela com as entidades beneficiadas e respectivas subvenções:

Entidade Beneficiária	Destinação	Recurso Municipal Anual
APAE	Assistência Social	R\$ 84.105,00
ACIPP	Assistência Social	R\$ 80.850,00
Lar dos Idosos	Assistência Social	R\$ 48.300,00
Casa Lar	Assistência Social	R\$ 80.850,00
Projeto CARA	Assistência Social	R\$ 163.800,00
Casa Lar – Adolescentes Fórum	Assistência Social	R\$ 95.550,00
Luzas de Marillac	Assistência Social	R\$ 57.330,00
Ass. Produtores Rurais São Matheus	Agricultura	R\$ 8.568,00
Ass. Produtores Rurais Água da Cachoeira	Agricultura	R\$ 8.568,00
Ass. Produtores Rurais Campinho	Agricultura	R\$ 8.568,00
Ass. Proteção Animais de Paraguaçu Pta.	Agricultura	R\$ 30.240,00
Grupo de Apoio Humanitário GAH	Saúde	R\$ 8.400,00
AMPARE	Saúde	R\$ 8.568,00
Ass de Combate ao Câncer	Saúde	R\$ 8.568,00
Fundação Gammon de Ensino	Educação	R\$ 240.000,00
TOTAL		R\$ 932.265,00

Fonte: Departamento de Administração e Finanças da Prefeitura (março 2016)

Homenagem ao aniversário do município

12 de março

